

2022

Políticas públicas para a inserção competitiva e sustentável do agronegócio Brasileiro no mundo.

Autores | Authors

AMANDA ARAÚJO PINTO
CAMILA DIAS DE SÁ
CLAUDIA CHERON KÖNIG
MARCOS SAWAYA JANK

Public policies for a competitive
and sustainable insertion of Brazilian
agribusiness in the world.

CEBRI 
POLICY
PAPERS

Inspere **AGRO GLOBAL**
Global Agribusiness Center

Apoio | Partnership

 **KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG**

NÚCLEO AGRO CEBRI

O NÚCLEO TRATA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO CONTEXTO GLOBAL, COM FOCO EM TEMAS COMO SEGURANÇA ALIMENTAR, SUSTENTABILIDADE, CADEIAS PRODUTIVAS, SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS, POLÍTICA AGRÍCOLA E COMERCIAL. DESDE 2020, UMA PARCERIA DO CEBRI E DO INSPER AGRO GLOBAL, CENTRO DE ESTUDOS LANÇADO PELO INSPER EM AGOSTO DE 2019, ENGLoba A REALIZAÇÃO DE WEBINARS, REUNIÕES E PUBLICAÇÕES DE REFERÊNCIA QUE ANALISAM OS GRANDES VETORES DE TRANSFORMAÇÃO E A DINÂMICA DA INSERÇÃO DO BRASIL NO AGRONEGÓCIO MUNDIAL.

CEBRI AGRIBUSINESS PROGRAM

THE PROGRAM ANALYSES BRAZILIAN AGRIBUSINESS IN A GLOBAL CONTEXT, FOCUSING ON TOPICS LIKE FOOD SECURITY, SUSTAINABILITY, PRODUCTION CHAINS, AGRO-INDUSTRIAL SYSTEMS AS WELL AS AGRICULTURAL AND TRADE POLICIES. SINCE 2020, CEBRI HAS MAINTAINED A PARTNERSHIP WITH INSPER AGRO GLOBAL, THE CENTER FOR GLOBAL AGRIBUSINESS, A RESEARCH CENTER LAUNCHED BY INSPER IN AUGUST 2019. THE PARTNERSHIP INCLUDES THE REALIZATION OF WEBINARS, MEETINGS AND PUBLICATIONS. ITS GOAL IS TO ANALYZE THE KEY DRIVERS OF TRANSFORMATION AS WELL AS THE DYNAMICS OF BRAZIL'S INSERTION INTO THE STRUCTURES OF GLOBAL AGRIBUSINESS

Especialistas | Experts

LUIZ FERNANDO FURLAN
Conselheiro Emérito do CEBRI
| Trustee Emeritus at CEBRI

MARCOS SAWAYA JANK
Conselheiro Consultivo Internacional do CEBRI
| Member of CEBRI's International Advisory Board

INSPER AGRO GLOBAL

LANÇADO EM 2019 E VINCULADO AO CENTRO DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO INSPER (CGPP), O CENTRO INSPER AGRO GLOBAL TEM COMO OBJETIVO ANALISAR OS GRANDES VETORES DE TRANSFORMAÇÃO E A DINÂMICA DA INSERÇÃO DO BRASIL NO AGRONEGÓCIO MUNDIAL. O CENTRO PRETENDE SE TORNAR REFERÊNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL NA ANÁLISE DO AGRONEGÓCIO GLOBAL, DESENVOLVENDO ESTUDOS ESTRATÉGICOS, DESENHOS DE POLÍTICAS COM SÓLIDA BASE TEÓRICA E EMPÍRICA E FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS E LIDERANÇAS DO SETOR PRIVADO. AS CONTRIBUIÇÕES DO INSPER AGRO GLOBAL ESTÃO CENTRADAS EM TRÊS EIXOS: ENSINO (CURSOS EXECUTIVOS E ACADÊMICOS), PESQUISA (LIVROS, ESTUDOS ESTRATÉGICOS E POLICY PAPERS), E EXTENSÃO E DIFUSÃO DE CO-NHECIMENTO (EVENTOS, DEBATES, PALESTRAS E ARTIGOS DE MÍDIA).

INSPER GLOBAL AGRIBUSINESS CENTER

LAUNCHED IN AUGUST 2019 AS PART OF THE INSPER CENTER FOR PUBLIC POLICY (CGPP), THE GLOBAL AGRIBUSINESS CENTER ANALYZES THE MAIN VECTORS OF TRANSFORMATION AND THE DYNAMICS OF BRAZIL'S INSERTION IN WORLD AGRIBUSINESS. THE CENTER SEEKS TO BECOME A NATIONAL AND INTERNATIONAL REFERENCE IN THE ANALYSIS OF GLOBAL AGRIBUSINESS ISSUES, DEVELOPING STRATEGIC STUDIES, POLICY DESIGN WITH A SOLID THEORETICAL AND EMPIRICAL BASIS, AND TRAINING OF PUBLIC MANAGERS AND PRIVATE SECTOR LEADERS. INSPER AGRO GLOBAL'S CONTRIBUTIONS ARE STRUCTURED AROUND THREE PILLARS: TEACHING (EXECUTIVE AND ACADEMIC COURSES), RESEARCH (BOOKS, IN-DEPTH STUDIES, DATABASES, AND POLICY PAPERS), AND EXTENSION AND DISSEMINATION OF KNOWLEDGE (DEBATES, LECTURES AND MEDIA ARTICLES).

SUMÁRIO

PREÂMBULO	07
INTRODUÇÃO	09
DESAFIOS	11
PROPOSIÇÕES	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
PALAVRAS-CHAVE	40
REFERÊNCIAS	40
AUTORES	45

AS OPINIÕES E MANIFESTAÇÕES EXPRESSAS NESTE POLICY PAPER REPRESENTAM EXCLUSIVAMENTE AS OPINIÕES DOS SEUS AUTORES E NÃO, NECESSARIAMENTE, A POSIÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI), DOS SEUS INTEGRANTES OU DOS SEUS APOIADORES.

THE OPINIONS AND STATEMENTS EXPRESSED IN THIS POLICY PAPER ARE THOSE OF THE CONTRIBUTING AUTHORS ALONE AND DO NOT NECESSARILY REFLECT THE VIEWS AND POSITIONS OF THE BRAZILIAN CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS (CEBRI), ITS MEMBERS OR ITS SUPPORTERS.

PREÂMBULO

Responsável por 27% do PIB, 20% dos empregos e quase metade das exportações do país¹, o agronegócio é o setor mais internacionalizado da economia brasileira, mas tem grandes desafios em áreas como competitividade, governança, acesso a mercados e meio ambiente. Tais desafios decorrem de fatores domésticos, mas também estão conectados à sua inserção em um contexto global de incertezas. Essas, por sua vez, estão relacionadas à recuperação pós-pandemia, à credibilidade do multilateralismo e aos rumos da geopolítica mundial em consequência do conflito armado em curso entre a Rússia e a Ucrânia, além da ameaça cada vez mais concreta das mudanças climáticas.

O Brasil, embora seja um grande e regular fornecedor global de alimentos, bebidas, fibras e bioenergia, contribuindo para a segurança alimentar de centenas de países, tem sido, cada vez mais, alvo de desconfiança em relação à sua capacidade de proteger os seus recursos naturais. Nesse cenário, um engajamento maior na pauta climática global e a intensificação dos esforços de diálogo e comunicação do país com o exterior devem ser parte central da agenda estratégica do setor do agronegócio.

No pós-pandemia, o aumento do protecionismo relacionado com políticas veladas de países que empregam altos subsídios é preocupante para o setor. O risco iminente de insegurança

1 Cepea (2022a,b); Mapa (2022a)

alimentar em diversas regiões do planeta – uma vez que os países envolvidos no atual conflito são exportadores relevantes de *commodities* essenciais – nunca foi tão grande desde a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, preocupam as políticas de soberania alimentar que regulam, excessivamente, os mercados, bem como o recrudescimento das barreiras sanitárias, técnicas e burocráticas que impedem o acesso dos produtos brasileiros ao mercado mundial.

Face a essas pressões, este documento é motivado pela necessidade de analisar as transformações e os desafios do agronegócio global, oferecendo recomendações de políticas que orientem gestores públicos sobre ações e estratégias que possam conduzir o Brasil à realização plena do seu potencial como *player* global no setor, consolidando sua posição no comércio agrícola internacional.

INTRODUÇÃO

A interconexão entre os sistemas de produção e consumo global de produtos do agronegócio se ampliou nas últimas décadas. A segurança alimentar deixou de ser uma questão regional, tornando-se um problema mundial que demanda respostas na mesma escala. De igual forma, a globalização da agricultura é uma questão geopolítica cada vez mais complexa, tendo em conta os desafios demográficos, ambientais e socioeconômicos do século 21.

O comércio agrícola internacional vem mostrando seus limites, sobretudo em um mundo onde o protecionismo e o nacionalismo ganham força em detrimento da liberalização comercial e do multilateralismo. A pandemia da covid-19, seguida pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, acelerou esse processo e reavivou as discussões sobre autossuficiência alimentar, o que não deixa de ser perigoso, dadas as possíveis ineficiências relacionadas à busca por essa condição, sobretudo em países altamente vulneráveis ao preço dos alimentos, como no Oriente Médio e no Norte da África.

Os mercados têm se aberto de forma seletiva, com base em critérios cada vez mais sofisticados, principalmente no que se refere a barreiras não tarifárias. As questões ambiental e climática têm se destacado como um entrave cada vez mais complexo, dado o seu caráter multidimensional e transfronteiriço, o que permite uma grande margem de manobra do ponto de vista técnico.

A organização e o intenso processo de modernização do agronegócio brasileiro elevaram a sua importância na economia nacional e sua participação no mercado internacional. Nos últimos 40 anos, o país passou de importador de alimentos essenciais para tornar-se um dos principais exportadores.² De acordo com dados da balança comercial, considerando apenas os últimos 20 anos, as exportações do país aumentaram seis vezes, de US\$ 20 bilhões em 2000 para US\$ 120 bilhões em 2021, alcançando mais de 200 países.³

O arranjo internacional também se alterou significativamente. No mesmo período da transformação do Brasil em potência agrícola, a Europa deixou de ser o principal comprador dos produtos brasileiros, enquanto os países emergentes, notoriamente a China, tornaram-se o principal destino. Uma releitura da geopolítica internacional é fundamental para estudar as oportunidades para o agro, no âmbito da influência do Brasil no mundo. A manutenção da proeminência do país no comércio internacional requer o enfrentamento de uma série de desafios, elencados a seguir.

² Embrapa (2018)

³ Mapa, *op. cit.*

DESAFIOS

I. VISÃO E ESTRATÉGIA INTERNACIONAL

O crescimento das exportações do agronegócio brasileiro se tornou um desafio muito mais complexo, comparativamente ao de alguns anos atrás, quando os produtos brasileiros eram simplesmente “comprados” por importadores. Mudanças observadas nas duas últimas décadas, com o aumento da demanda das economias emergentes, por exemplo, trazem à tona a necessidade de uma releitura do posicionamento do agronegócio brasileiro.

Além disso, a possibilidade de esgotamento das áreas para expansão agrícola nos produtores tradicionais e as perspectivas de desenvolvimento de novas áreas produtivas em regiões antes consideradas inaptas sinalizam o surgimento de novos concorrentes para o agronegócio brasileiro.⁴

Neste contexto, qual é a estratégia do Brasil? Que países deveriam ser nossos parceiros estratégicos? Quais são os interesses do Brasil junto a esses parceiros? Quais setores e cadeias produtivas são estratégicos para o país? Que tipo de parceria o Brasil quer construir? Quais são as nossas prioridades nas negociações comerciais, na atração de investimentos e na

⁴ O esgotamento das áreas de expansão se dá tanto pela máxima ocupação em algumas regiões, como também pela influência das mudanças climáticas. Neste caso, se por um lado o aquecimento global pode inviabilizar a prática agrícola em algumas regiões, por outro lado pode viabilizar regiões antes consideradas inaptas.

cooperação técnica com outros países? São algumas perguntas sobre as quais os gestores públicos precisam se debruçar para mirar um posicionamento cada vez mais estratégico do agronegócio brasileiro no mundo.

II. GOVERNANÇA

Um dos grandes desafios do agronegócio nacional está na sua governança, ou seja, em como os setores público e privado, as entidades de classe e outros atores agem em compasso entre si e nas suas relações com a comunidade internacional. Ainda vemos uma forte lacuna na comunicação entre todas as esferas, e essa governança entre agentes reflete, de muitas maneiras, a capacidade dos sistemas políticos brasileiros de atuar de forma efetiva e decisiva no sentido de solucionar os desafios do setor no contexto internacional.

A maior inserção no comércio global e a construção de uma imagem sólida internacionalmente depende de fatores como modernização da estrutura pública de suporte ao comércio exterior e melhor coordenação público-privada de ações, estruturas e posicionamentos técnicos. Atualmente, essa coordenação ainda é pouco eficiente, impedindo o desenvolvimento de negociações efetivas que beneficiem o comércio de produtos brasileiros e que contribuam para a consolidação da imagem do país.

III. ACESSO A MERCADOS: DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA

Apesar da amplitude geográfica das exportações do agronegócio brasileiro, evidenciada pela sua presença em mais de 200 países, há uma grande concentração da pauta em poucos produtos e em alguns destinos que representam fatia relevante do total. Produzimos em larga escala um número reduzido de commodities e 35% do total exportado tem a China como destino.⁵ Em consequência, o Brasil cria uma dependência de mercado temerária.

O Global Geographic Diversification Index (GGDI)⁶, que cresce de 0 a 1 quanto maior a diversificação de destinos, calculado para o valor das exportações do agronegócio no período de 2000 a 2019, apontou, no caso do Brasil, o valor de 0,68 – alta diversificação –, frente a 0,73 para a União Europeia; 0,65 para os Estados Unidos; 0,70 para a China; 0,75 para a Indonésia; 0,71 para as Filipinas; e 0,69 para o Chile. Os três últimos, em especial, são exemplos de países que, apesar de apresentar um valor exportado inferior ao do Brasil, tiveram GGDI superior. Isso pode ser resultado do maior número de acordos comerciais realizados por aqueles países.⁷

Os grandes concorrentes do Brasil, como Estados Unidos, União Europeia, China, Canadá e Austrália, aderem a cada vez mais acordos bilaterais e regionais, adotam representações fortes no exterior e promovem ampliação das agências

5 GAT (2021)

6 De Lombaerde e lapadre (2012); Bouët e Odjo (2019)

7 Da Costa e Jank (2021, p. 49)

de fomento às exportações, campanhas de imagem e programas de cooperação técnico-comercial. O Brasil está entre os países com poucos acordos fechados⁸. Há cerca de 20 anos, o país não fecha acordos relevantes e poucos foram firmados no âmbito do Mercosul. Há mais de duas décadas em negociação, o Acordo União Europeia e Mercosul ainda encontra entraves para sua efetivação.⁹

Vale ressaltar que, apesar do alto GGDI do Brasil, seu crescimento, no período avaliado, foi baixo comparativamente com outros grandes players do mercado internacional do agronegócio.

Na mesma linha do GGDI, o Global Sectoral Diversification Index (GSDI) mede a diversificação da pauta de produtos exportados – o Brasil, com 0,30, tem um dos piores índices do mundo. Estados Unidos, União Europeia e China apresentaram, no mesmo ano, GSDI de, respectivamente, 0,67, 0,56 e 0,55. Apenas alguns países da África Subsaariana e da Ásia Central alcançaram desempenho inferior ao do Brasil. Além disso, as taxas anuais de crescimento negativas do GSDI brasileiro sinalizam o acirramento dessa condição.¹⁰

Mesmo sendo um dos maiores produtores e exportadores mundiais em cadeias produtivas relevantes, o Brasil possui imagem e reputação menos reconhecidas do que países ou re-

8 *Ibid.*, p.39

9 No âmbito do Mercosul, estão em negociação os seguintes acordos: Mercosul-UE, Mercosul-Índia, Mercosul-Canadá, Mercosul-Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) – bloco formado por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça – e Mercosul-Coreia do Sul. Bilateralmente estão sendo negociados acordos com México e Singapura. As negociações com Canadá estão bem avançadas, assim como há otimismo em relação a Singapura. Com EFTA e UE, espera-se pela ratificação dos acordos, porém as perspectivas atuais são baixas devido a questões ambientais e políticas (comunicação verbal com o setor de relações internacionais da Confederação Brasileira da Agricultura, em janeiro de 2022).

10 *Ibid.*, p. 51

giões como Europa, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Os produtos brasileiros ainda não têm sido associados a atributos como alta qualidade e diferenciação, mesmo que, por vezes, apresentem essas características.

Em diversas partes do globo, são crescentes tanto a demanda por produtos com maior apelo à saúde e nutrição como as críticas ao uso de tecnologias como transgenia e proteção de cultivos pelo uso de insumos químicos. Essa fatia do mercado também pode ser mais bem explorada pelo Brasil.

VI. INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

Apesar da competitividade da produção agrícola brasileira, com taxas de produtividade crescentes e custos baixos, essa vantagem comparativa começa a se perder quando os produtos entram na fase de processamento agroindustrial. Transporte e logística insuficientes, alto custo da energia elétrica, baixa conectividade, embalagens inadequadas, falta de qualificação da mão de obra, custo de capital e complexidade do sistema tributário são itens que colocam o Brasil atrás de muitos de seus concorrentes.

O Brasil se encontra na 78^a posição no pilar de infraestrutura do *ranking* de competitividade do Fórum Econômico Mundial. Se analisarmos apenas a posição em relação à infraestrutura de transportes, porém, o país cai para o 85^o lugar.¹¹ Embora a logística interna da safra brasileira venha

11 Schwab (2018)

se aprimorando, com alguns avanços na malha ferroviária, rodoviária e hidroviária, há muito espaço para melhoria da competitividade. Por exemplo, os custos logísticos de exportação de soja do norte do Mato Grosso para o porto de Xangai, na China, ainda superam os custos da rota que parte de Iowa, nos Estados Unidos, para o mesmo destino.¹²

A baixa competitividade brasileira é um dos fatores que explicam, por exemplo, a forte dependência do país pela importação de fertilizantes. Em 2021, o insumo importado respondeu por 85% do consumo doméstico.¹³ Tal dependência ganhou contornos mais fortes, recentemente, com o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, uma vez que a primeira é importante fornecedora. O grande volume de importação – o Brasil é o maior importador mundial¹⁴ – deixa os custos agrícolas excessivamente vulneráveis às oscilações cambiais e às possibilidades de interrupções de fornecimento, como é o caso na atual conjuntura.

A produção interna de fertilizantes esbarra em desafios relacionados à complexidade técnica de extração das reservas brasileiras, mas também em dificuldades logísticas e outros entraves do ambiente de negócios brasileiro. Tudo isso faz com que o custo de produção doméstico seja muito elevado quando comparado ao de outros países.

A conectividade do campo também é um aspecto fundamental para impulsionar negócios e inovações – muitas das transações ao longo das cadeias agrícolas têm se baseado cada

12 Salin (2021, p. 12)

13 Anda (2022)

14 UN-Comtrade (2022)

vez mais em digitalização.¹⁵ No entanto, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 72% dos estabelecimentos rurais brasileiros não têm acesso à internet.¹⁶ Uma vez que os elos “antes e depois da porteira” dependem cada vez mais de informações transmitidas de forma ágil pelos produtores, tanto o fornecimento adequado de energia elétrica como a conectividade são fundamentais para melhorar a competitividade e a inovação do setor como um todo.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o dualismo e as desigualdades na agricultura brasileira. A concentração produtiva no setor é extremamente elevada, e o padrão de concentração de renda ficou ainda maior entre os censos de 2006 e 2017. Enquanto em 2006 aproximadamente 11% dos estabelecimentos respondiam por 86% do valor bruto de produção, em 2017, 9% dos estabelecimentos participavam com 85% do total¹⁷. Em 2017, três quartos dos estabelecimentos classificados na faixa de renda de extrema pobreza estavam concentrados no Nordeste.¹⁸ Há diferenças marcantes entre os pequenos produtores integrados às cadeias de valor no sul do país e os pequenos produtores do Nordeste, onde a situação, para a maior parte deles, é de subsistência.

A viabilização desses pequenos empreendimentos produtivos, buscando eficiência competitiva e, ao mesmo tempo, promovendo a fixação do produtor rural no campo, é um desafio para o desenvolvimento regional.

15 Ferreira, Canela e Jank (2021)

16 IBGE (2017)

17 IBGE (2006; 2017)

18 Acatada a classificação de grupo de renda de acordo com o IBGE (2020), que considera SME (salário-mínimo de equivalência) = VBP mensal/salário-mínimo mensal. Os estratos de renda são definidos de acordo com o SME: extrema pobreza [0, 2], baixa renda [2, 10], média renda [10, 200] e alta renda [>200].

V. AGENDA AMBIENTAL

A maior parte do desmatamento na Amazônia ocorre ilegalmente e está relacionada, principalmente, com o crime de grilagem de terra, cujo objetivo final é a especulação imobiliária. Após a floresta ser desmatada e queimada, a tendência é a instalação de pastagens para ensejar a posse e, posteriormente, negociar no mercado imobiliário. A existência de cerca de 50 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas facilita essa prática.¹⁹ Calcula-se que entre 25% e 30% dessa área estejam registradas ilegalmente como propriedades privadas na base do Cadastro Ambiental Rural (CAR).²⁰

Apesar de a quase totalidade da produção agrícola do Brasil ser livre de desmatamento, indícios apontam que 2% das propriedades rurais na Amazônia e no Cerrado são responsáveis pela maior parte do desmatamento potencialmente ilegal.²¹ Na Amazônia e no Matopiba,²² em torno de 95% do desmatamento é ilegal.²³

O crescimento recente do desmatamento na Amazônia e no Cerrado tem conduzido a uma percepção negativa dos produtos brasileiros em mercados diversos. Vive-se na iminência do estabelecimento de barreiras a produtos cuja legalidade

19 Azevedo-Ramos et al. (2020)

20 *Ibid.*; Ipam (2021); Alencar et al. (2021); Salomão et al. (2021).

21 Rajão (2020)

22 Matopiba é o acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia para designar a área de expansão de fronteira agrícola de grãos baseada em tecnologias de alta produtividade nesses quatro estados (Miranda, Magalhães e Carvalho, 2014)

23 Valdiones et al. (2021). Fontes diversas estimam diferentes percentuais para o desmatamento ilegal. Gerar esse dado o mais exato possível é um dos desafios entre as ações necessárias para combater o desmatamento.

e sustentabilidade de sua origem não pode ser comprovada. Para não serem boicotadas, algumas cadeias produtivas que abrigam empresas brasileiras e multinacionais, líderes globais em suas áreas de atuação como grãos e carnes, dependem essencialmente da capacidade de monitorar e rastrear todos os seus elos.²⁴

A necessidade de conferir credibilidade e confiabilidade à soja e à carne brasileiras no mercado externo nunca foi tão grande. O acesso aos mercados internacionais está cada vez mais condicionado à rastreabilidade. O escrutínio ao qual essas cadeias estão expostas pode chegar a outras cadeias, mesmo as completamente afastadas de áreas ambientalmente sensíveis.

Produtos certificados e com rastreabilidade transparente têm sido mais requisitados ao redor do globo e pelo mercado nacional. Existe, portanto, uma importante oportunidade de alinhar o crescimento da agropecuária com a proteção dos recursos naturais e engajar o Brasil de forma crível na agenda climática, construindo uma reputação em torno de suas potencialidades agroambientais.

24 Soendergaard et al. (2021a)

PROPOSIÇÕES

Diante dos desafios descritos, listamos a seguir um conjunto de ações e estratégias para melhorar o posicionamento do agronegócio brasileiro no mercado internacional, tanto em termos de imagem como de aumento da sua inserção no comércio global.

I. ADOÇÃO DE ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DE LONGO PRAZO

É necessário adotar uma postura mais estratégica em relação ao papel do agronegócio nas relações com outros países. Em um mundo em que ondas protecionistas ocorrem simultaneamente ao aumento da demanda por produtos do agronegócio, uma visão que coloque o agro como ativo estratégico do Brasil se torna crucial. O país pode e deve apresentar-se como parceiro estratégico em políticas de segurança alimentar e de abastecimento de mercados relevantes, principalmente os emergentes, que vêm puxando a demanda mundial.

Aumentar os esforços de presença em algumas regiões é essencial, a saber²⁵:

» Sudeste Asiático, representado pela Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), uma das regiões

²⁵ Para saber mais, ver: https://www.insper.edu.br/wpcontent/uploads/2021/11/Livro_O_Brasil_no_Agro_completo.pdf

mais dinâmicas do mundo e com uma população de 654 milhões de habitantes. Embora haja uma heterogeneidade entre os países em relação à exposição à insegurança alimentar, a demanda por produtos agroalimentares deve continuar a crescer, em virtude do aumento da população; da insuficiência para atender à demanda interna para produtos como a carne; e da carência de áreas agricultáveis e de recursos hídricos.²⁶

» Sul Asiático, com uma população de mais de 1,8 bilhão de habitantes, exige atenção. Notadamente a Índia, com sua enorme população, mas com alto grau de protecionismo doméstico como obstáculo a ser superado. As características da demanda indiana têm potencial de impulsionar a diversificação da pauta exportadora brasileira. Existem oportunidades para ampliar não só a oferta de produtos, como também de negócios vinculados ao intercâmbio de ciência e à aplicação comercial de conhecimentos e tecnologia brasileira no setor de biocombustíveis e outros.²⁷

» África Subsaariana, que se destaca pelo crescimento populacional mais rápido do mundo, representando mais da metade do incremento mundial projetado até 2050 – cerca de 1 bilhão de pessoas. As importações de alimentos vêm crescendo e o Brasil tem espaço para participar bem mais ativamente desse mercado. Os laços históricos com a região constituem um *soft power* com potencial de alavancar a inserção do agro brasileiro, além dos exequíveis projetos de cooperação no

26 Guimarães, Trigo e Jank (2021)

27 Sá, König e Tinôco (2021)

tocante ao conhecimento em agricultura tropical, as similaridades de clima e a percepção africana do Brasil como modelo em agronegócio.²⁸

O governo deve definir quais negociações comerciais são estratégicas para o Brasil, estabelecendo prioridades. Acordos multilaterais e bilaterais são essenciais para a implementação de uma estratégia comercial internacional.

A utilização do agro como ativo em estratégia de longo prazo deve estar alinhada e associada com a noção de que o Brasil tem condições de ser um dos principais *players* agroambientais deste século e, portanto, é preciso agir para mudar a trajetória recente do país em relação à preservação ambiental. Sugestões de políticas nesse sentido serão apresentadas em tópicos posteriores.

II. APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICO-PRIVADA

Uma estratégia de longo prazo deve ser construída conjuntamente por diferentes agentes e organizações envolvidas nas exportações do agronegócio, tanto públicas (diferentes órgãos de governo) como privadas (empresas, associações de classe e federações setoriais). Juntas, elas atuariam de forma mais coordenada, somando esforços e tornando os processos mais fluidos. Para aprimorar a coordenação dessa governança, sugerem-se as seguintes ações:

28. Sá et al. (2021)

Criação ou fortalecimento de mecanismos de coordenação

O estabelecimento de mecanismos de coordenação para a execução da estratégia de longo prazo deve contar com sua disseminação e operacionalização e a garantia da sua implementação. Isso pode ser alcançado por meio de processos e competências institucionalizadas, que “blindariam” os temas estratégicos de pressões setoriais e oscilações pontuais, diminuindo os efeitos dos ciclos políticos ou conjunturais sobre projetos e parcerias de longo prazo.

Um mecanismo de coordenação central de temas como investimentos, comércio, financiamento e cooperação técnica permitiria construir uma visão mais elaborada e sistêmica dos interesses do Brasil, a definição de parceiros relevantes para cada objetivo e as ferramentas a serem utilizadas em cada caso. Isso traria uma comunicação mais clara e precisa, facilitando o acesso a respostas rápidas, com bancos de dados oficiais, aumentando a confiabilidade nas informações e no controle de resultados. Para isso, seriam necessários investimentos em pessoas qualificadas e sistemas.

Reforma do arcabouço normativo sanitário e aprimoramento da fiscalização

É necessário promover uma modernização profunda do arcabouço normativo de sanidade animal e vegetal, que data dos anos 1950. Qualidade e sanidade estão entre as questões-chave para a abertura e a manutenção de mercados, sobretudo no contexto pós-pandemia. A moderni-

zação e a simplificação dos marcos regulatórios darão ao importador melhores garantias de qualidade da produção nacional e aumentarão a credibilidade do produto brasileiro no exterior.

A fiscalização da qualidade e do padrão de diferentes produtos pode ser feita de maneira mais eficiente e menos custosa. A inspeção permanente em fábricas de produtos de origem animal, por exemplo, poderia ser substituída por verificações com periodicidade definida por análise de riscos, em conjunto com inspeções randômicas e punições exemplares para descumprimentos de padrões.

O sistema deveria ser simplificado, transferindo para as indústrias a responsabilidade pela conformidade sanitária ou fitossanitária de processos e produtos finais, com aplicação de punições duras em caso de descumprimento. É o que propõe o Projeto de Lei 1293/21, que tramita em fase final na Câmara dos Deputados. Conhecido como o PL do Autocontrole, ele traz em seu cerce a modernização na prestação de serviços de fiscalização, aprimorando a legislação atual de defesa sanitária em direção a um novo modelo mais célere, fundado em programas executados pelo setor privado.

Uma alternativa seria o serviço de fiscalização financiado por uma taxa de fiscalização paga periodicamente pela agroindústria a um fundo do sistema de inspeção sanitária. Isso daria agilidade a todo o processo e valorizaria o órgão de inspeção, com reciclagens e aperfeiçoamentos periódicos de seus profissionais e comparações regulares com benchmarks internacionais.

Incorporação do princípio de *One health*

Esse princípio refere-se à relação associativa entre saúde humana, animal e meio ambiente. Dessa forma, propõe uma abordagem holística transdisciplinar e multissetorial para prevenção, detecção e tratamento de doenças.

A atuação sob tal princípio deve ser realizada em três grandes frentes – sanidade, sustentabilidade e saúde humana –, por meio de instrumentos de prevenção, detecção e resposta em quatro níveis: global, nacional, regional e comunitário.²⁹ Os órgãos sanitários precisam ser estruturados para que haja troca de informações de forma rápida entre as estruturas de saúde humana e animal.

O Brasil deve buscar engajamento em discussões sobre como equilibrar a necessidade de alcançar a segurança alimentar, mantendo os riscos de surgimento de doenças infecciosas sob controle. O país tem condições de direcionar o diálogo acerca de tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis e normas que contribuam para a segurança alimentar, a nutrição adequada, os controles sanitários e menor uso de recursos naturais.

Agilidade e prestação de contas

Muitas vezes, a abertura ou o fechamento de um mercado dependem da rapidez com que o país exportador respon-

29 Sá et al. (2020)

de aos questionamentos do país importador ou mesmo da qualidade das informações que são enviadas. Como o Brasil tornou-se exportador relevante para quase duas centenas de países, o fluxo de informações solicitadas e enviadas se tornou enorme. A gestão desse fluxo e do seu conteúdo é um desafio considerável.

Apesar dos avanços na informatização de processos, algumas ferramentas simples e de grande utilidade poderiam ser adotadas, como um banco de dados com respostas-padrão sobre o sistema de inspeção brasileiro. Tal repositório poderia ser útil no preenchimento de questionários técnicos enviados pelos mercados a serem abertos. Esses questionários envolvem perguntas complexas, mas que frequentemente se repetem. A base de respostas requer uma sistemática de atualização e gestão que poderia, inclusive, ser financiada pelo fundo de inspeção sanitária anteriormente proposto.

É fundamental a adoção efetiva de processos para melhorar a prestação de contas (*accountability*) em relação à forma como são geridos os recursos públicos e aspectos vinculados ao desempenho e resultados, especialmente considerando a recente abertura do processo de adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A transparência, o combate à corrupção e a recuperação da reputação do país são elementos fundamentais para a sua integração nas negociações internacionais.³⁰

30 O Brasil ocupa a 96ª posição no Índice de Percepção da Corrupção (Transparência Internacional, 2022).

III. AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS MERCADOS, DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

Política comercial e acordos internacionais

A ampliação do acesso aos mercados para os produtos do agronegócio necessita de: (i) avanço em negociações comerciais, especialmente em relação a parceiros fundamentais; (ii) ações para reduzir as barreiras não tarifárias aos produtos brasileiros; e (iii) obtenção da garantia de acesso aos mercados já conquistados.

Esses são pontos essenciais a serem desenvolvidos na estruturação de uma política comercial brasileira, sendo que os dois últimos são mais facilmente obtidos no âmbito de acordos internacionais. O estabelecimento da representação permanente no exterior, especialmente em países de maior interesse do Brasil, é fundamental para esse propósito.

Concomitantemente, o setor privado deve ser encorajado a implementar ações que permitam melhorar a defesa de seus interesses, além de ampliar as ações de *advocacy* no exterior. Essas ações devem ser conduzidas, especialmente, em relação a proteínas animais, açúcar e etanol, frutas, bebidas, lácteos e produtos processados, que ainda encontram problemas de acesso no exterior.

Ressalte-se que, para melhorar o seu acesso aos mercados, uma tarefa a ser enfrentada pelo Brasil – e que deve ser

incorporada à sua política – diz respeito à reciprocidade de abertura de mercado para produtos importados. Uma maior abertura brasileira facilitaria o fechamento de novos acordos comerciais.

O risco de interrupção no fornecimento de fertilizantes, como vivenciado atualmente pelo Brasil, ilustra bem a importância da abertura do país para trocas internacionais. Dado que a dependência externa brasileira por fertilizantes deve perdurar no médio prazo, o estreitamento de parcerias comerciais de longo prazo é uma ferramenta importante para proteção em situações como essa, ao mesmo tempo em que facilita as negociações para a entrada dos produtos brasileiros nos mercados.

Coordenação de cadeias produtivas para exportação

É preciso desenvolver ações coordenadas e permanentes de fomento à adição de valor e de promoção comercial, indo além da participação pontual em feiras e eventos. Para isso, reitera-se a importância da presença permanente tanto de agentes públicos como privados em mercados estratégicos, com funcionários locais e com uma rede de relacionamentos bem estruturada.

As associações setoriais deveriam investir nesse tipo de estrutura, atuando não só de forma reativa, mas, principalmente, proativa, por meio de levantamento de informações, esclarecimento de demandas recebidas e não atendidas em função de gargalos não identificados, mapeamento e gestão

de stakeholders, *awareness*, promoção de imagem e comunicação, entre outros.

Deve-se criar um vínculo permanente, que inclua um programa de visitas ao Brasil de clientes, reguladores, influenciadores e mídia, entre outros. É necessário também apoiar projetos estruturais de diferenciação via *seed money* para empresas e associações.

Acordos de cooperação assinados por entidades privadas americanas, australianas e europeias e suas contrapartes em mercados estratégicos, algo ainda raro entre as associações de classe brasileiras, podem servir de inspiração para uma articulação conjunta nesse sentido entre o poder público e a iniciativa privada.

Identificação de oportunidades e nichos de mercado

Investir na expansão de produtos consolidados em novos mercados, bem como de novos produtos em mercados consolidados. Regiões como a África Subsaariana, por exemplo, apresentam demanda promissora para produtos tradicionais da pauta brasileira que ainda possuem pouca penetração nessa região. O entendimento mais detalhado dessa demanda, e de como atendê-la em novas localidades, é fundamental para conquistar novos mercados para produtos já consolidados na nossa pauta.

No mercado europeu, de forma mais homogênea, e entre consumidores jovens e mais abastados em outras regiões do

globo, é crescente a demanda por produtos livres de OGMs (organismos geneticamente modificados) e insumos químicos. A demanda por produtos nutricionalmente mais ricos e alimentos com benefícios à saúde é outro filão a ser explorado. Por exemplo, na Europa, há uma mudança no sentido de maior consumo de proteína vegetal, como castanhas e diferentes tipos de leguminosas (*pulses*). A Índia também é um mercado promissor para tais produtos. A identificação desses nichos e a estruturação de cadeias de fornecimento para atender essas demandas merecem atenção.

É importante também reconhecer e se inspirar nas melhores experiências internacionais na área de alimentos, em termos de produtos, marcas, denominação de origem, inovação, sustentabilidade e outros aspectos. Trata-se de atributos reais, que têm sido usados de forma insuficiente nas estratégias do agro brasileiro no exterior.

IV. ESTÍMULO À COMPETITIVIDADE

Inovação e produtividade na cadeia produtiva

Uma radiografia profunda da competitividade das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro se faz necessária, para que sejam identificados os elos que podem ser objeto de ganhos de eficiência. O custo não é o único elemento de competitividade do agronegócio no mercado mundial, mas continua sendo uma vantagem competitiva

preciosa de alguns dos nossos produtos, um diferencial que precisa ser preservado. O investimento contínuo é fundamental para que o setor não perca competitividade.

Para tanto, é necessário estabelecer marcos regulatórios estáveis para atrair investimentos internacionais, principalmente em infraestrutura e conectividade, visando ampliar a interação entre pesquisa pública e pesquisa privada nos diferentes elos das cadeias produtivas. O setor privado deve iniciar um novo ciclo de inovações voltadas ao aumento da competitividade e sustentabilidade, envolvendo insumos, produção agropecuária, processamento e distribuição. Além disso, deve aprimorar os controles de qualidade e sanitários, como de BSE, aftosa, gripe aviária e salmonela, entre outros. Deve também fazer uso de geotecnologias, rastreabilidade, *big data* e gestão de informações e de agricultura de precisão e automação.

A redução da dependência brasileira das importações de fertilizantes, por exemplo, não ocorrerá no curto prazo. Novos projetos de unidades produtivas precisam ser avaliados sob os aspectos técnicos e econômicos. Enquanto isso, a construção de um quadro regulatório que facilite os investimentos e incentive a inovação no setor é estratégico. Diminuição da burocracia na aprovação de projetos e da complexidade tributária, técnicas inovadoras de produção e aplicação mais eficiente em campo estão entre os fatores que melhorariam a produtividade e a competitividade no setor de fertilizantes, deixando os produtores menos expostos ao risco de dependência externa.

A nova infraestrutura

Apesar do recente avanço do ambiente institucional do país para projetos de infraestrutura, os resultados ainda precisam ser mais bem trabalhados. Com o intuito de o país melhorar sua competitividade, é fundamental investir na densidade da rede de transportes terrestres e na melhoria da conexão marítima.

Com esse objetivo, os seguintes aspectos são prioritários:

- » Aumento na qualidade das rodovias, o que também resultaria em aumento de velocidade média de ligação entre as cidades. Para isso, é fundamental estabelecer metas de qualidade em contratos de parcerias público-privadas.
- » Aumento na extensão e na conectividade ferroviária, com autorização e maior agilidade para linhas troncos essenciais.
- » No setor marítimo, além da necessidade de investimentos em terminais, a principal preocupação está na eficiência, sendo fundamentais os investimentos nos ativos dos terminais portuários. Para tanto, são necessárias políticas de atração de investimentos privados ou mesmo de investimentos públicos, quando os custos afastam a iniciativa privada.

Inserção competitiva de produtores marginalizados – redução da dualidade da agricultura

Algumas políticas públicas específicas para produtores marginalizados foram criadas nos últimos 30 anos, por meio de linhas de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), garantia de compra de alimentos provindos desses produtores através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros benefícios sociais. Apesar de buscar reverter a marginalização do pequeno produtor, esses programas são, em sua maioria, burocráticos, favorecendo produtores mais capitalizados e excluindo os menos instruídos. Logo, é importante que sejam revisados, mantendo-se fiel a sua essência. Os órgãos responsáveis precisam pensar em maneiras de divulgar e orientar os agricultores a respeito das possibilidades de crédito, visando ao aumento do número de beneficiados.

Outra política essencial é a de suporte técnico aos pequenos produtores, buscando, principalmente, a agregação de valor nas cadeias com a possibilidade de obtenção de maior valor adicionado. Neste caso, um programa de assistência/suporte técnico é fundamental, para alcançar produtos de qualidade que possam ser inseridos no mercado global, melhorando a renda do produtor. Neste item, poderiam ser estabelecidos produtos prioritários, com preferência por aqueles gerados no bioma da Amazônia e que, no atual cenário, passam a ter uma demanda crescente no mercado externo. Além do suporte técnico, são necessárias políticas de acesso a financiamento e suporte nos processos de certificações.

V. CONSTRUÇÃO DA IMAGEM (MARCA) DO BRASIL COMO POTÊNCIA AGROAMBIENTAL

Implementação do Código Florestal, regularização fundiária e combate a ilegalidade

A implementação do Código Florestal (Lei 12.651/2012) é essencial e urgente como um importante mecanismo para a conservação florestal e o combate ao desmatamento ilegal. Seu cumprimento é estratégico para que o país consiga alcançar os compromissos assumidos no Acordo de Paris e ganhe consistência e credibilidade nas discussões perante seus principais parceiros comerciais.

Embora seja uma legislação moderna e das mais rigorosas do mundo, ainda enfrenta desafios em sua implementação. Entre os principais pontos estão: (i) a necessidade urgente de análise e validação dos dados declarados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – apenas 1,6% da área cadastrada no Brasil já teve concluída essa etapa³¹, que serve para identificar irregularidades ambientais nas propriedades, inclusive sobreposição com terras públicas, unidades de conservação e terras indígenas; e (ii) implantação dos Programas de Regularização Ambiental (PRA), que dizem respeito ao conjunto de ações que devem ser desenvolvidas por proprietários de imóveis rurais para a adequação da regularização ambiental de seus imóveis.

Embora o CAR seja um instrumento de gestão ambiental, ele tem sido usado com finalidade fundiária adicional na tenta-

31 Mapa (2022b)

tiva de legitimizar posse, aumentando assim as possibilidades de especulação imobiliária.³² Portanto, a implementação do Código Florestal, via os dois pontos enfatizados, é urgente tanto para o combate ao desmatamento *per se* como para o combate à ilegalidade.

A regularidade fundiária também é fundamental na agenda em pauta, uma vez que a falta de segurança jurídica relativa aos direitos de propriedade sobre uma parte expressiva do território brasileiro é forte indutor do desmatamento.³³ As constantes flexibilizações e recentes intenções de alteração dos marcos temporais da legislação fundiária fragilizam o direito de propriedade: por um lado inibem os investimentos e, por outro, estimulam a ilegalidade. A sensação de que as regras podem mudar a qualquer momento incentiva a grilagem de terras.

Propostas legislativas sob a justificativa de desburocratizar a governança de terras são bem-vindas para evitar conflitos, dar segurança jurídica e oferecer inclusão econômica aos produtores rurais. No entanto, o que tem sido apresentado tende a induzir a continuidade da ocupação de terras públicas e, por consequência, o desmatamento.

A regularização fundiária é necessária, mas precisa atentar para critérios que atenda somente às ocupações legítimas que aguardam há décadas a titulação de posse. Deve também compreender a destinação das florestas públicas para desestimular as ocupações irregulares dessas imensas áreas cuja preservação é fundamental.

32 Reydon et al. (2020)

33 Graça e Pereira (2021)

Incentivar transparência e rastreabilidade

Embora a garantia sobre a origem dos produtos seja prioritariamente uma atribuição dos agentes que os transacionam, o incentivo e apoio do poder público é fundamental. A atuação estatal, sempre nos termos da lei; a eficiência e a transparência na fiscalização; e a provisão de acesso a dados e informações pertinentes constituem a base desse apoio.

Além disso, são necessários incentivos para que associações setoriais desempenhem papel constante de suporte às iniciativas de rastreabilidade e monitoramento. Nesse quesito, a atuação do governo na consolidação e na validação de dados setoriais é essencial, o que requer investimentos e qualificação de pessoas e sistemas.

Introduzir e ampliar instrumentos legais de apoio ao engajamento na agenda climática

No Brasil, é possível aumentar significativamente a produção agrícola sem novos desmatamentos, aproveitando as áreas já abertas, especialmente áreas de pastagens degradadas com aptidão agrícola. Outra parte dessas áreas pode ser reflorestada. Já existem instrumentos governamentais de apoio a essa transição e eles devem ser cada vez mais fortalecidos.

A amplificação dos instrumentos da agricultura de baixo carbono, como a expansão dos sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e o plantio direto, por exemplo, aliados à baixa pegada hídrica e à matriz energética limpa e

renovável do país, certamente facilitam a construção da imagem do Brasil como um país com potencialidades agrícolas e em descarbonização.

Grandes oportunidades se abrem ao agronegócio brasileiro uma vez que a COP26, em Glasgow, tornou operacional o mercado de carbono e reconheceu as soluções baseadas na natureza como tendo um papel crítico para o controle das mudanças climáticas. O Brasil tem grande potencial nesse setor tanto pela abundância de suas florestas tropicais como pelo potencial de mitigar emissões de gases de efeito estufa a partir de práticas agrícolas sustentáveis.³⁴

Nesse sentido, é necessário estabelecer um esquema de precificação de carbono regulado para que os agentes econômicos internalizem os custos das emissões e, ao mesmo tempo, sinalizem o compromisso do país com a agenda climática.³⁵

Finalmente, cabe ressaltar que o desenvolvimento regional por meio do fomento de cadeias de produtos da biodiversidade brasileira, especialmente aquelas que representem uma alternativa econômica viável em áreas sensíveis ao desmatamento, tem papel valioso tanto para a inclusão de produtores marginalizados como para a diversificação das exportações brasileiras do agronegócio, e para a sua desvinculação do desmatamento.

34 Vale destacar que o atual temor do setor de fertilizantes referente à garantia de recebimento dos produtos pode ser encarado como uma oportunidade de acelerar a agenda de descarbonização, por meio da maior adoção de biofertilizantes e amônia verde, entre outros.

35 Soendergaard *et al.* (2021b)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O multilateralismo e sua governança global estão fragilizados, ao mesmo tempo que o protecionismo e o nacionalismo alimentar rondam as cadeias produtivas globais desarrumadas pela covid-19. Um novo ordenamento geopolítico e multilateral é esperado em decorrência da sequência desastrosa de pandemia e conflito armado. Em meio a essas transformações históricas, a agenda climática parece que veio para ficar e moldar a transição energética e de uso do solo.

Nesse cenário, um posicionamento do Brasil, ancorado de forma equilibrada em suas potencialidades agroambientais, possibilitaria ao setor exportador um foco em valores de sustentabilidade como elemento principal de diferenciação de imagem no exterior. A concretização desses valores no mercado global impulsionaria a inserção internacional do agronegócio brasileiro de forma bastante positiva.

Para além da agenda do clima, há necessidades de garantia de segurança alimentar, às quais o Brasil tem condições de atender ao seguir as recomendações priorizadas neste documento. São ações de fortalecimento da nossa competitividade, com melhoria de infraestrutura e de conectividade, que favorecem o nosso engajamento internacional, bem como ações estratégicas para conquistar novos mercados com produtos novos e tradicionais. Não se pode deixar de lado também o aprimoramento da governança, tanto pública como público-privada, para fortalecer nossas posições atuais frente às mudanças geopolíticas e às novas dinâmicas pós-pandemia.

Uma maior inserção global do agronegócio brasileiro não pode ocorrer em detrimento da diminuição do fosso existente entre a unidade produtiva moderna e eficiente e aquela ainda marginalizada. A inserção produtiva da parcela marginalizada do agronegócio deve ser vista como parte das políticas de combate ao desmatamento, de desenvolvimento regional e de diversificação da pauta exportadora.

Finalmente, cabe ressaltar que a posição alcançada pelo Brasil, como grande *player* mundial do agro, deve ser constantemente defendida e ampliada em seu escopo, para abarcar suas potencialidades ligadas à conservação ambiental. Nesse sentido, a adoção de uma estratégia internacional de longo prazo para a inserção competitiva e sustentável do agronegócio brasileiro no mundo precisa ser tratada como política de Estado, e não de governo. Para isso, a governança que vai suportar tal ambição precisa ser meticulosamente pensada, desenhada e implantada. As recomendações aqui listadas buscam contribuir nesse sentido.

Ressalte-se que o nível de detalhamento das políticas não se esgota neste documento. Porém, as ações prioritárias estão elencadas na sua melhor forma com o objetivo de informar os gestores públicos interessados no tema.



PALAVRAS-CHAVE

políticas públicas, governança, agronegócio, meio ambiente, acordos comerciais

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A.

et al. Amazônia em Chamas: desmatamento e fogo nas florestas públicas não destinadas. Nota Técnica n° 7. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-7-desmatamento-e-fogo-nas-florestas-publicas-nao--destinadas/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ANDA.

Associação Nacional para Difusão de Adubos. Pesquisa Setorial. Dados 2021. Disponível em: https://anda.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Principais_Indicadores_2021.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

AZEVEDO-RAMOS, C.

et al. *Lawless land in no man's land: The undesignated public forests in the Brazilian Amazon*. Land Use Policy, v. 99, 2020. p. 104 - 863

BOUËT, A.; ODJO, S.

Africa Agriculture Trade Monitor Report 2019. Washington DC: IFPRI, 2019.

CEPEA.

PIB-AGRO/CEPEA: PIB do Agro cresce 8,36% em 2021; participação no PIB brasileiro chega a 27,4%. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agro-cresce-8-36-em-2021-participacao-no-pib-brasileiro-chega-a-27-4.aspx>. Acesso em: 28 mar. 2022a.

_____. *Mercado de trabalho do agronegócio*. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/mercado-de-trabalho-do-agronegocio.aspx>. Acesso em: 28 mar. 2022b.

DA COSTA, C. C.; JANK, M. S.

Dinâmica da inserção do Brasil no agronegócio global. In: O Brasil no Agro Global: reflexões sobre a inserção do agronegócio brasileiro nas principais macrorregiões do planeta (ed. GILIO, L. e JANK, M. S.). São Paulo: Insper, 2021. p.29-55.

DE LOMBAERDE, P. D.; IAPADRE, P.L.

Indicadores de la globalización. Cuadernos de Economía, v.31, n. SPE57, 2012. p.1-20

EMBRAPA.

Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Coordenação de População e Indicadores Sociais. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.148 p.

_____. Censo Agropecuário 2017. SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6962>. Acesso em: 28 mar. 2022.

_____. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?t=destaques>. Acesso em: 20 jan. 2022.

IPAM. INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA.

Florestas públicas não destinadas e grilagem, 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/florestas-publicas-nao-destinadas-e-grilagem/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FERREIRA, N.; CANELA, A.; JANK, M. S.

Pandemia acelera a digitalização da agricultura brasileira. Brazilian Journal, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://braziljournal.com/pandemia-acelera-a-digitalizacao-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 2 fev. 2022.

GILIO, L.; JANK, M. S.

O Brasil no Agro Global: reflexões sobre a inserção do agronegócio brasileiro nas principais macrorregiões do planeta. Ed. 1. São Paulo: Insper. 2021.

GLOBAL AGRI TRADE DATA - GAT.

Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-agronegocio-global/gat/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

GRAÇA, C. T.; PEREIRA, M.

Mercado de crédito de carbono: estamos prontos para acessar esta oportunidade? Opinião. *Um Só Planeta*, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/opiniaopost/2021/11/mercado-de-credito-de-carbono-estamos-prontos-para-acessar-esta-oportunidade.ghhtml>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GUIMARÃES, M.; TRIGO, J. DE S.; JANK, M. S.

Sudeste asiático (Asean). In: GILIO, L.; JANK, M. S. (Org.). *O Brasil no Agro Global: reflexões sobre a inserção do agronegócio brasileiro nas principais macrorregiões do planeta*. Ed. 1. São Paulo: Insper. 2021. p.349-379.

JANK, M. S.; ZERBINI, A. N.; CLEAVER, I.

Competitividade internacional do agronegócio brasileiro, visão estratégica e políticas públicas. In: RODRIGUES, R. (org.). *Agro é paz: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo*. Piracicaba: ESALQ, p. 179-223, 2018.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Assuntos. Notícias. *Exportações do agronegócio batem recorde em dezembro e no ano de 2021*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-batem-recorde-em-dezembro-e-no-ano-de-2021>. Acesso em: 26 jan. 2022a.

_____. Serviço Florestal Brasileiro. Números do CAR. Disponível em: <https://www.florestal.gov.br/numeros-do-car>. Acesso em: 28 mar. 2022b.

MIRANDA, E. E. DE; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A.

de. Proposta de delimitação territorial do MATOPIBA. Nota técnica, Embrapa, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/territorial/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1037313/proposta-de-delimitacao-territorial-do-matopiba>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RAJÃO, R.

et al. The rotten apples of Brazil's agribusiness. Science, v. 369, n. 6501, p. 246-248, 2020.

REYDON, B. P.

et al. Land governance as a precondition for decreasing deforestation in the Brazilian Amazon. Land Use Policy, v. 94, p. 104 - 313, 2020.

SÁ, C.D. DE; TRIGO, J. DE S.; NOGUEIRA, R. N.; MOTA, M. DE A.

África Subsaariana. In: GILIO, L.; JANK, M. S. (Org.). *O Brasil no Agro Global: reflexões sobre a inserção do agronegócio brasileiro nas principais macrorregiões do planeta*. Ed. 1. São Paulo: Insper. 2021. p. 235-270.

SÁ, C.D. DE; KÖNIG, C. C.; TINÔCO, O. Q.

Sul da Ásia. In: GILIO, L.; JANK, M. S. (Org.). *O Brasil no Agro Global: reflexões sobre a inserção do agronegócio brasileiro nas principais macrorregiões do planeta*. Ed. 1. São Paulo: Insper. 2021. p. 273-304.

SÁ, C.D. DE; SOENDERGAARD, N.; TRIGO, J. DE S.; JANK, M. S.

Impactos da Covid-19 no agronegócio e o papel do Brasil: saúde única, zoonoses e segurança do alimento. Texto para discussão - n.3. Insper Agro Global, 2020. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/impactos-da-covid-19-nos-sistemas-agroalimentares-parte2V8.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2022.

SALIN, D. L.

Soybean Transportation Guide: Brazil 2020. U.S. Dept. of Agriculture, Agricultural Marketing Service, Aug. 2021. Disponível em: <https://www.ams.usda.gov/sites/default/files/media/BrazilSoybeanTransportationGuide2020.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SALOMÃO, C.

et al. Amazônia em chamas: desmatamento, fogo e pecuária em terras públicas. Nota Técnica n. 8. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Amazo%CC%82nia-em-Chamas-8-pecua%CC%81ria-pt.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SCHWAB, K.

et al. The global competitiveness Report 2017-2018. Genebra: World Economic Forum. 2018. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index-2017-2018/>. Acesso: 26 jan. 2022.

SOENDERGAARD, N.; SÁ, C. D. DE; JANK, M. S.; GILIO, L.

Decoupling soy and beef from illegal Amazon deforestation: Brazilian private sector initiatives. Relatório. Insper-Cebri. 2021a. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/Relatorio_CEBRI-Insper_22mar.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

SOENDERGAARD, N.; SÁ, C. D. DE; PORTILHO, L. M. DE L.; KÖNIG, C. C.

Brazilian agriculture in a world of carbon pricing: challenges and opportunities. Policy Paper, n. 1, Dec. 2021b. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2022/01/BrAgricultureCarbonPricing_Dec21.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL.

Índice de Percepção da Corrupção 2021. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

UNITED NATIONS. COMTRADE DATABASE.

Disponível em: <https://comtrade.un.org/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

VALDIONES, A. P.

et al. Desmatamento Ilegal na Amazônia e no Matopiba: falta transparência e acesso à informação. ICV (Instituto Centro de Vida), Imaflores, Lagesa (Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais). Disponível em: https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/desmatamento_ilegal_na_amazonia_e_no_matopiba___estudo_completo.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

AUTORES | AUTHORS



AMANDA ARAÚJO PINTO

Pesquisadora no Insper Agro Global e Mestre em Direito Internacional Agroalimentar pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Researcher at Insper Agro Global, with a Masters degree in Agri-Food International Law from Paris 1 Panthéon Sorbonne University.

CAMILA DIAS DE SÁ

Pesquisadora no Insper Agro Global. Possui experiência em agronegócio com ênfase na indústria de insumos agrícolas e cadeias agroindustriais. Interessada em temas agroambientais e comércio internacional. Engenheira Agrônoma (Esalq-USP) e doutora em administração/economia das organizações (FEA-USP).

Researcher at Insper Agro Global, expert on agribusiness with a focus on the agricultural inputs industries and agro-industrial chains. Camila is interested in themes related to agri-environment and international trade. She is an agronomic engineer (Esalq-USP) and holds a PhD in administration/economics of organizations (FEA-USP).

CLAUDIA CHERON KÖNIG

Pesquisadora no Insper Agro Global. Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo e mestre em Negócios Internacionais pela Universität Erlangen-Nürnberg, Alemanha, com pós-doutorado em Economia das Organizações pela Universidade de São Paulo.

Researcher at Insper Agro Global. Holds a PhD in International Administration from Universität Erlangen-Nürnberg, Germany, and post-doctorate in Economics of Organizations from the University of São Paulo (USP).

MARCOS SAWAYA JANK

Professor sênior de agronegócio no Insper e coordenador do Insper Agro Global, além de membro do Conselho Consultivo Internacional do CEBRI, onde lidera o Núcleo Agro. Viveu 10 anos nos Estados Unidos, Europa e, de 2015 a 2019, na Ásia, onde trabalhou para a BRF e representou entidades exportadoras do agro (ABPA, Abiec e Única). Foi presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e do Instituto de Estudos do Comércio e das Negociações Internacionais (Icône). Durante 20 anos foi professor associado da USP, tendo lecionado na Esalq, FEA e IRI. Em 2019 foi o 2º Titular da “Cátedra Luiz de Queiroz” (ESALQ). Engenheiro agrônomo (Esalq), mestre em política agrícola em Montpellier, França, doutor (FEA-USP) e livre docente (USP).

Senior professor of agribusiness at Insper and Coordinator of Insper Agro Global. Member of the International Advisory Board and head of the Agribusiness Program at CEBRI. Lived 10 years abroad, having studied and worked in the USA, Europe and Asia, where he worked for BRF and represented agribusiness exporting organizations (ABPA, Abiec and Unica). He was president of the Sugar Cane Industry Union (Unica) and of the Institute of Trade and International Negotiations Studies (Icône). He was associate professor at University of São Paulo (USP) for 20 years, and a lecturer at Esalq, FEA and IRI. In 2019, he was the second holder of the “Luiz de Queiróz Chair” of Esalq. He is an agronomic engineer (Esalq), has a Master’s Degree in Agricultural Policy from Montpellier, France and holds a PhD (FEA-USP).

CONSELHO CURADOR | BOARD OF TRUSTEES

Presidente do Conselho Curador | Chairman

José Pío Borges

Presidente De Honra | Honorary Chairman

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes | Vice-Chairmen

José Alfredo Graça Lima
Jorge Marques de Toledo
Camargo

Fundadores | Founders

Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Daniel Klabin
Gelson Fonseca Jr.
João Clemente Baena Soares
Marcus Vinicius Pratini
de Moraes
Maria do Carmo (Kati) Nabuco
de Almeida Braga
Roberto Teixeira da Costa
Eliezer Batista da Silva
(in memoriam)
Luciano Martins de Almeida
(in memoriam)
Luiz Felipe Palmeira Lampreia
(in memoriam)
Luiz Olavo Baptista
(in memoriam)
Sebastião do Rego Barros
(in memoriam)
Walther Moreira Salles
(in memoriam)

Vice-Presidentes Eméritos | Vice-Chairmen Emeriti

Daniel Klabin
José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves
Rafael Benke

Conselheiros Eméritos | Trustees Emeriti

Izabella Teixeira
Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Luiz Fernando Furlan
Marcos Azambuja
Pedro Malan
Rubens Ricupero
Winston Fritsch

Conselheiros | Trustees

Ana Toni
André Lara Resende
André Clark
Armando Mariante
Armínio Fraga
Cláudio Frischtak
Clarissa Lins
Demétrio Magnoli
Edmar Bacha
Francisco Müssnich
Henrique Rzezinski
Ilona Szabó
Izabella Teixeira
Joaquim Falcão
José Aldo Rebelo
José Luiz Alquéres
Luiz Ildefonso Simões Lopes
Marcos Galvão
Paulo Hartung
Pedro Henrique Mariani
Renato Galvão Flôres Júnior
Roberto Abdenur
Roberto Jaguaribe
Ronaldo Veirano
Sergio Amaral
Tomas Zinner
Vitor Hallack

ASSOCIADOS | MEMBERS

Aegea
Alterra
BAMIN
Banco Bocom BBM
BASF
BAT Brasil
Bayer
BMA Advogados
BRF
Bristow
Brookfield Brasil
CCCC /Concremat
Netherlands Consulate-General
in Rio de Janeiro
Ireland Consulate-General in
São Paulo
México Consulate General in Rio
de Janeiro
Royal Norwegian Consulate
General in Rio de Janeiro
CTG Brasil
Dynamo
EDP
Eletrobras
Embassy of China in Brasil
Embraer
ENEVA
ENGIE Brasil
Equinor
ExxonMobil
FCC S.A
Furnas
Galp
Grupo Lorentzen
Grupo Ultra
Haitong
Huawei
IBÁ
IBRAM
Icatu Seguros
Instituto Clima e Sociedade
Itaú Unibanco
Klabin
Lazard
Light
Machado Meyer
Mattos Filho Advogados
Microsoft
Neoenergia
Paper Excellence
PATRI
Petrobras
Pinheiro Neto Advogados
Promon Engenharia
Prumo Logística
Repsol Sinopec
Sanofi
Santander
Shell
Siemens
Siemens Energy
SPIC Brasil
State Grid
Suzano
Total E&P in Brazil
Unilever
Vale
Veirano Advogados
Vinci Partners

EQUIPE | TEAM

DIRETORIA | EXECUTIVE BOARD

Diretora-Presidente | CEO

Julia Dias Leite

Diretora de Relações Externas

| Director of External Affairs

Carla Duarte

Diretora de Projetos

| Director of Projects

Luciana Gama Muniz

Diretor Acadêmico

| Academic Director

Feliciano Sá Guimarães

Secretária Executiva

| Executive Secretary

Rigmor Andersen

PROJETOS | PROJECTS

Diretora Adjunta de Projetos

| Deputy Director of Projects

Ana Paula Marotte

Diretora Adjunta de Projetos

| Deputy Director of Projects

Marianna Albuquerque

Diretora Adjunta de Captação

de Projetos | Deputy Director of Fundraising

Maria Eduarda Marques

Coordenadoras de Projetos

| Project Coordinator

Léa Reichert

Marina do Couto Rosa Liuzzi

Barbara Brant

Analistas de Projetos

| Project Analyst

Thais Jesinski Batista

Eduardo Neiva Souza

Larissa Vejarano

Estagiária | Intern

Paula Frony

RELAÇÕES EXTERNAS

| EXTERNAL AFFAIRS

Gerente de Relações Institucionais

| Institutional Relations Manager

Fernanda Araripe

Coordenadora de Parcerias

| Partnership Coordinator

Cintia Reschke Borba Hoskinson

Coordenador de Relações Institucionais

| Institutional Relations Coordinator

Fernando Mattos

Coordenador de Projetos

Especiais | Special Projects

Coordinator

Caio Vidal

Analista de Projetos Especiais

| Special Projects Analyst

Lucas Bilheiro

Analista de Relações Institucionais

| Institutional Relations Analyst

Bruno Garcia

Assistente de Parcerias

| Partnership Assistant

Beatriz Pfeifer

Estagiário | Intern

Heron Fiório

COMUNICAÇÃO E EVENTOS
| COMMUNICATIONS AND EVENTS**Diretora Adjunta de Relações Externas**

| Deputy Director of External Relations

Betina Moura

Gerente de Eventos

| Events Manager

Nana Villa Verde

Analista de Eventos

| Events Analyst

Adriano Andrade

Analista de TI | IT Analyst

Eduardo Pich

Assistente de Eventos

| Events Assistant

Isabella Ávila

Assistente de Comunicação

| Communications Assistant

Daniele Thomaselli

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
| ADMINISTRATIVE AND FINANCIAL**Gerente Administrativa-Financeira**

| Administrative-Financial Manager

Fernanda Sancier

Analista Administrativo

| Administrative Officer

Kelly Lima

FICHA TÉCNICA | FICHA TÉCNICA

Apoio Editorial

| Editorial Support

George Vidor

Heloisa Magalhães

Revisão de texto

| Editing

Wilma R. d' Oliveira Kroff

Projeto Gráfico

| Graphic Design

Mariana Jaguaribe L. Resende

Estúdio Marijaguar

Assistente Design

| Design Assistant

Heloisa Sato

Copyright © 2022

© CEBRI | Centro Brasileiro de Relações Internacionais

<https://www.cebri.org/>

Todos os direitos reservados.

cebri.org.br | cebri@cebri.org.br

LinkedIn CEBRI | **Facebook** /cebrionline | **Twitter** @cebrionline

Instagram @cebrionline | **Youtube** /CEBRionline

R. Marquês de São Vicente, 336 | Gávea | Rio de Janeiro | RJ | 22451-044 | +55 (21) 2206-4400

PENSAR
THINKING
DIALOGAR
DIALOGUING
DISSEMINAR
DISSEMINATING
INFLUENCIAR
INFLUENCING

#2 THINK TANK BRASIL | BRAZIL

#2 THINK TANK AMÉRICA LATINA | LATIN AMERICA

SOBRE O CEBRI

O CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS É O THINK TANK REFERÊNCIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL, O SEGUNDO DA AMÉRICA DO SUL E CENTRAL. É UMA INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, APARTIDÁRIA E INDEPENDENTE QUE HÁ 24 ANOS SE DEDICA À PROMOÇÃO DO DEBATE PLURAL E PROPOSITIVO SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. ESTÁ ESTRUTURADO A PARTIR DE 14 NÚCLEOS TEMÁTICOS, VOLTADOS A CONTRIBUIR PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO PAÍS E À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM ESTE OBJETIVO. COM MAIS DE 100 ASSOCIADOS DOS MAIS RELEVANTES SEGMENTOS, A REDE DO CEBRI REÚNE E MOBILIZA ESPECIALISTAS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO E LINHAS DE PENSAMENTO DIVERSAS, ALÉM DE ORGANIZAÇÕES EM TODO O MUNDO.

ABOUT CEBRI

THE BRAZILIAN CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS (CEBRI) IS THE REFERENCE THINK TANK FOR FOREIGN AFFAIRS IN BRAZIL AND THE SECOND BEST THINK TANK IN SOUTH AND CENTRAL AMERICA. AN INDEPENDENT, NON-PARTISAN AND NON-PROFIT INSTITUTION, FOR 24 YEARS CEBRI HAS BEEN PROMOTING A PLURAL AND PROPOSAL-ORIENTED DEBATE ABOUT BRAZIL'S FOREIGN POLICY. IT IS STRUCTURED AROUND FOURTEEN THEMATIC PROGRAMS THAT CREATE POSITIVE CONTRIBUTIONS AND RECOMMENDATIONS FOR POLICY MAKING AND THE COUNTRY'S INTERNATIONAL AGENDA. CEBRI'S DIVERSE NETWORK COMPRISES MORE THAN 100 MEMBERS FROM A BROAD RANGE OF SECTORS, AND GATHERS SPECIALISTS FROM VARIOUS FIELDS OF EXPERTISE AND THOUGHT, AS WELL AS PARTNER INSTITUTIONS FROM AROUND THE WORLD.

SOBRE O INSPER

“INSPIRAR PARA TRANSFORMAR”

O INSPER É UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA SEM FINS LUCRATIVOS QUE REVERTE TODO O RESULTADO OPERACIONAL PARA A REALIZAÇÃO DA SUA MISSÃO QUE É PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL POR MEIO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES INOVADORES E PESQUISA APLICADA — ATUANDO COM EXCELÊNCIA ACADÊMICA E VISÃO INTEGRADA DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. O INSPER ALMEJA SER REFERÊNCIA GLOBAL EM EDUCAÇÃO E EM GERAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O BRASIL, ALÉM DE TER UM PAPEL RELEVANTE NA COMUNIDADE ACADÊMICA, NO BRASIL, NA AMÉRICA LATINA E NO MUNDO, SENDO UMA DAS REFERÊNCIAS GLOBAIS NAS ÁREAS EM QUE ATUA, RECONHECIDO PELO ENSINO E PELA GERAÇÃO DE CONHECIMENTO.

ABOUT INSPER

“INSPIRE TO TRANSFORM”

INSPER IS AN INDEPENDENT, NON-PROFIT HIGHER EDUCATION AND RESEARCH INSTITUTION. IT REINVESTS ALL ITS OPERATIONAL RESULTS IN ORDER TO CARRY OUT ITS MISSION, WHICH IS TO PROMOTE THE TRANSFORMATION OF BRAZIL THROUGH EDUCATING INNOVATIVE LEADERS AND APPLIED RESEARCH – ACTING WITH ACADEMIC EXCELLENCE AND AN INTEGRATED VISION OF KNOWLEDGE THAT TRANSCENDS TRADITIONAL ACADEMIC DISCIPLINES. INSPER AIMS TO BE A GLOBAL REFERENCE IN EDUCATION AND KNOWLEDGE GENERATION ABOUT BRAZIL AND INTEND TO HAVE A RELEVANT ROLE IN THE ACADEMIC COMMUNITY, IN BRAZIL, IN LATIN AMERICA AND IN THE WORLD, BEING ONE OF THE GLOBAL REFERENCES IN THE AREAS IN WHICH IT OPERATES, RECOGNIZED BY TEACHING AND THE GENERATION OF KNOWLEDGE.

Insp^{er}

“

O agronegócio responde por 27% do PIB, 20% dos empregos e quase metade das exportações do Brasil. É o setor mais internacionalizado da economia e, por essa razão, enfrenta desafios cada vez mais complexos que inter-relacionam áreas como competitividade, governança, acesso a mercados e meio ambiente. O agro brasileiro carece ainda de reformas estruturais, estreitamente associadas à sua inserção em um contexto global de incertezas. Essas, por sua vez, estão relacionadas à recuperação pós-pandemia, à credibilidade do multilateralismo e aos rumos da geopolítica mundial em consequência tanto do conflito armado em curso entre a Rússia e a Ucrânia quanto da ameaça das mudanças climáticas.

Face a essas pressões, busca-se aqui orientar sobre as transformações e os desafios da dinâmica de inserção do agronegócio brasileiro no mundo e oferecer recomendações que guiem gestores públicos sobre ações e estratégias que possam conduzir o Brasil à realização plena do seu potencial como player agroambiental global.

”

”

“Agribusiness accounts for 27% of the Brazilian GDP, 20% of the jobs and almost half of the country’s exports. It is the most globalized sector of the economy and, for this reason, it faces increasingly complex challenges that cut across fields such as competitiveness, governance, market access and the environment. Brazilian agribusiness still lacks structural reforms, which are closely linked to its insertion in an uncertain global context. These uncertainties, in turn, are related to post-pandemic recovery, to the credibility of multilateralism, and to the course of global geopolitics as a consequence of the ongoing armed conflict on the one hand and of the threat of climate change on the other.

Considering these strains, the present paper aims to give directions on the transformations and challenges of the dynamics of Brazilian agribusiness’ global insertion, and to offer recommendations that may guide public administrators on actions and strategies that may lead Brazil to live up to its full potential as a global agri-environmental player.”